ANTI CAPITALISTA

N.º 11 (SÉRIE II) – NOVEMBRO 2018

BARRAGEM DE FRIDÃO P.03

SALAS DE CONSUMO ASSISTIDO P.04

BREXIT P.05

NECESSÁRIAS, AS LUTAS EXTRAORDINÁRIAS

EDITORIAL

MAIS BLOCO PARA MUDAR O PAÍS

O ano de todos os perigos. As consequências incertas do Brexit, o ódio que governará em Itália, o salto no escuro da democracia brasileira, a desfragmentação da União Europeia, a tensão crescente no Médio Oriente, o horizonte sombrio de uma nova crise financeira. Em 2019, a falta de saídas concretas e programas claros encerram todos os perigos e convocam a esquerda para todas as lutas. Em Portugal, as eleições europeias, em primeiro lugar, e as legislativas, logo em seguida, serão momentos definidores dessas escolhas necessárias. Devolver ao país a capacidade soberana de decidir sobre o que interessa: salvar os serviços públicos, reverter as leis laborais da troika, recuperar os setores estratégicos para a esfera pública, bater o pé aos tratados europeus e debelar o garrote da dívida.

A XI Convenção do Bloco de Esquerda é, por isso, o tempo do programa e das escolhas coletivas de um partido que representa a esperança nas mudanças necessárias. Recusamos a demagogia situacionista de quem diz que tudo está igual, que nada se alterou na capacidade organizativa dos e das que vivem do seu trabalho, que lutam pelo Estado social e pelos avanços elementares da democracia e das escolhas individuais. Ter garantido a paralisação das privatizações não nos fez esquecer a necessidade de recuperar os CTT e o setor financeiro para a esfera pública. A integração dos trabalhadores precários do Estado não nos demitiu de desmontar o quadro de abuso e instabilidade nos novos e velhos contratos. A reversão dos cortes da troika no setor da saúde só tornou mais forte a proposta de uma nova Lei de Bases pensada pelo João Semedo e o António Arnaut.

Em cada uma das lutas é fundamental aproveitar as brechas e garantir uma base ativista que dê força às conquistas. Na definição das regras das pensões, assim como nos manuais escolares gratuitos e na subida do salário mínimo, o Bloco é a força essencial. Força de conquista e de abertura de possibilidades. A descida do valor das propinas responde a uma exigência histórica do movimento estudantil e abre a possibilidade de um novo impulso na luta por um ensino superior público, gratuito e de qualidade. O apoio à redução do tarifário nos transportes públicos traz ganhos concretos a quem habita os centros urbanos e enfrenta os problemas da especulação imobiliária, uma luta que continua a mobilizar setores fundamentais.

No mais, é necessário concretizar as lutas em andamento. O atraso e a exclusão de trabalhadores no PREVPAP podem ainda ser revertidas nos setores da saúde, da educação, da segurança social e em todos onde a organização desses trabalhadores e trabalhadoras se fizer sentir. Nas lutas laborais da PT, da EFACEC, da Autoeuropa, nos Aeroportos, onde tanto está ainda por conquistar. E arriscar onde é preciso: garantir uma primeira e bem-sucedida Greve Feminista no 8 de Março de 2019.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Mais Bloco para mudar o país

3 **Ativismo**
Não à barragem de Fridão!

4 **Debate**
Salas de consumo assistido: estaremos perto de vencer esta batalha ideológica?

5 **Internacional**
Brexit: as perguntas difíceis

6 **Debate**
A resistência contra a insistência. Quando a "luta de classes" é só um santo e uma senha

7 **História**
Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente

8 **Vai Acontecer**
IV Encontros Internacionais Ecossocialistas

8 **Leituras**
Subcultura. O significado do estilo
Medusa no Palácio da Justiça ou Uma História da Violação Sexual

8 **Documentário**
Dignidade

8 **Vai Acontecer**
Greve Feminista - Apoios CESMINHO

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
João Carvalho
Lisa Antunes
Susana Constante Pereira
Tatiana Moutinho
Tiago Tavares

Capa
Marielle Franco, por Vhils (Lisboa)

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

ATIVISMO

NÃO À BARRAGEM DE FRIDÃO!

JOÃO CARVALHO E LISA ANTUNES

O país tem várias barragens que apresentam inúmeros problemas a nível ambiental e de agravamento da erosão costeira. O caso da barragem de Fridão coloca, para além destas, ainda outras questões, as quais devem merecer toda a atenção. Se o projeto for merecedor dessa atenção, acreditamos que a única resposta responsável possível é o seu abandono, nomeadamente por razões de segurança, como dá conta a Associação Cívica Pró-Tâmega.

Esta Associação denuncia que a Autoridade Nacional de Proteção Civil, através do Parecer da Comissão de Avaliação do Estudo de Impacto de Impacto Ambiental do Anteprojeto do Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão, afirma que, «levando em conta as posições manifestadas por entidades externas e no âmbito da fase de consulta pública, visava apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto. Apesar de ter sido identificado o perigo de rotura da barragem do Aproveitamento Hidroelétrico (AH), este é considerado um risco de probabilidade de ocorrência reduzida e, portanto, a seleção da sua colocação não parece ter considerado importante a observação desse risco, a avaliar pela não descrição do que seriam os impactes deste acidente sobre as populações localizadas na área a jusante, na cidade de Amarante. áreas atingidas pela onda de inundação por rutura da barragem. O futuro plano de Ordenamento da Albufeira deve mesmo interditar o aumento da construção nas áreas atingidas pela onda de inundação por rotura da barragem».

O Conselho de Ministros deliberou, entretanto, a suspensão parcial dos planos diretores municipais de Amarante, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, bem como o estabelecimento de medidas preventivas para o aproveitamento hidroelétrico do Fridão, no rio Tâmega.

A EDP, na secção Perguntas Frequentes do seu site, à questão "Amarante vai ficar na zona de Auto-Salvamento?" responde: «O Regulamento de Segurança de Barragens (DL n.º 344, de 15 de outubro de 2007) define zona de autossalvamento como a "zona do vale, imediatamente a jusante da barragem, na qual se considera não haver tempo suficiente para uma adequada intervenção dos serviços e agentes de proteção civil em caso de acidente e que é definida pela distância à barragem que corresponde a um tempo de chegada da onda de inundação igual a meia hora, com um mínimo de 5 km". O estudo dos danos potenciais induzidos pela barragem de Fridão, localizada cerca de 8 km a montante da cidade de Amarante, permite concluir que parte ribeirinha da cidade está dentro da zona de autossalvamento, pois o tempo de chegada da onda, em caso de eventual acidente naquela barragem, é inferior a 30 minutos».

O Instituto Nacional da Água informou que «o tempo de chegada da onda de inundação, em Amarante, para o NPA 160 (Nível de Pleno Armazenamento), em situação de cheia, será de 13 minutos, atingindo um cota 100.68 metros (ponte de S. Gonçalo cota 77 e cheia de 2001 cota 71)».

A Associação Cívica Pró-Tâmega alerta que daí pode resultar, em caso de rotura da barragem, uma catástrofe que tem de ser previamente avaliada, independentemente do seu grau de probabilidade, e expressa em número de vidas em risco, já que a onda de inundação atingirá o centro histórico de Amarante em 13 minutos, passando 14 metros acima do tabuleiro da ponte de S. Gonçalo, podendo causar, por isso, um número virtualmente avassalador de vítimas que não foi avaliado, e sem que haja tempo suficiente para uma adequada intervenção dos serviços e agentes de proteção civil.

Por fim, a Autoridade Nacional de Proteção Civil considera que «à implementação do projeto acresce, sem margem para dúvidas, o risco a que está exposta a cidade de Amarante».

Por todas estas razões, não podemos permitir a construção desta barragem. Os riscos que ela comporta, ambientais e humanos, não são pormenores, são o pré-anúncio de uma possível catástrofe. Uma esquerda responsável não hesita, posiciona-se em defesa das populações e integra e dá força à resistência que se organiza. Porque os lucros da EDP não podem sobrepor-se às nossas vidas, barragem de Fridão não!

DEBATE

SALAS DE CONSUMO ASSISTIDO: ESTAREMOS PERTO DE VENCER ESTA BATALHA IDEOLÓGICA?

SUSANA CONSTANTE PEREIRA

FOTO DA PRIMEIRA SALA DE CONSUMO ASSISTIDO A ABRIR EM PARIS. IMAGEM DE ESPACE GAÏA.

«As pessoas que usam drogas não perdem os seus direitos humanos». A frase é de Zeid Ra'ad Al Hussein, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e foi usada numa iniciativa das Nações Unidas sobre os Problemas da Droga no Mundo, em 2016. É daquelas frases que ajudam ao debate, quando se polarizam as posições em torno das políticas da droga, porque recorrer ao discurso politicamente inócuo dos Direitos Humanos tem o potencial de estabelecer pontes, mas traz a desvantagem de despolitizar as discussões. E despolitizar a luta pela criação de Salas de Consumo Assistido (SCA) é abdicar da luta contra a exclusão social e contra a pobreza, é deixar para trás a disputa entre classes.

Os consumidores de drogas que as SCA irão proteger não são, certamente, o investidor imobiliário, o CEO da multinacional em Portugal ou o artista de renome, cujo recurso a serviços de saúde ou mesmo de reabilitação estão assegurados pela sua condição social. São as pessoas com uma situação socioeconómica fragilizada, marginalizadas, que vão perdendo sucessivamente vínculos sociais e laborais, são as pessoas sem rede. E é também isso que torna esta questão uma disputa ideológica. Porque para determinados quadrantes políticos, sabemo-lo, há vidas que importam mais do que outras.

Em Lisboa, o caminho está a fazer-se. Enraizado, criando pontes, envolvendo atores-chave, debelando o assistencialismo. No Porto, há três anos que se "empurra com a barriga". Para além das propostas do Bloco na Assembleia Municipal (AM) - rejeitadas -, organizou-se um debate público com peritos sobre a matéria indicados por cada grupo municipal - que foram unânimes na perceção da urgência da solução; encomendou-se um estudo ao Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, cujo relatório - favorável à criação - ficou seis meses numa gaveta da Câmara Municipal (CM) e nunca foi apresentado publicamente; criou-se uma Comissão de Acompanhamento da Toxicodependência, que depois do estudo ainda quis ouvir mais um conjunto de peritos novamente indicados pelos grupos municipais; e agora está-se à espera de concluir não se sabe muito bem o quê nem quando dos trabalhos dessa Comissão, provavelmente para que se leve o tema à AM, certamente quando o seu presidente tiver do executivo a indicação de que já estão preparados para propôr qualquer coisinha (que - tomara estar enganada - será mais uma proposta de desresponsabilização da CM, que protelará a implementação da resposta).

Passado todo este tempo, continuam no Porto os consumos a céu aberto, a situação de saúde pública de urgência, surgem casos de tuberculose em diferentes zonas. E, para fugir a uma decisão que é política, a estratégia do costume: atira-se com uma catadupa de argumentos técnicos, idealmente contraditórios entre si, gera-se a confusão e ninguém é capaz de assumir uma posição consequente. Não tem que ser assim, sabemo-lo. O recurso está previsto na lei, mas a linha ideológica de quem governa a cidade - a mesma que mandou as pessoas que estão a ser despejadas no centro histórico irem viver para a Corujeira - não tem um verdadeiro interesse na medida e arrasta.

Tanto em Lisboa como no Porto, é com as pessoas no centro que o Bloco vai fazendo este caminho. Mais a sul, construindo e co-construindo. A norte, pressionando e reivindicando. E as SCA entram no vocabulário das pessoas. De repente, falar delas como solução para a vida de alguém que se conhece não gera resistência. Vai-se pouco a pouco, e em articulação, travando a batalha ideológica. Estaremos perto de a vencer? Mantenhamos as mangas arregaçadas, a língua afiada e os olhos postos em 2019.

BREXIT: AS PERGUNTAS DIFÍCEIS

FRANCISCO LOUÇÃ

BANKSY, DOVER

Pelos dias que correm, a crise política no Reino Unido tornou-se um labirinto pouco compreensível. Adiadas as decisões mais espinhosas sobre os acordos comerciais, salvaguardada como sempre a livre circulação de capitais, parece que o dossiê mais difícil é o da fronteira entre as duas Irlandas. Assunto estranho, a não ser que se note que os unionistas do enclave da Irlanda do Norte são o apoio parlamentar decisivo dos conservadores, que perderam a maioria, e que para esse partido a relação com o Reino Unido é que define a identidade. De facto, a solução óbvia da unificação das duas partes da Irlanda resolveria todas as dificuldades, e é por isso que o Sinn Féin a propõe. Mas, sendo rejeitada, fica um imbróglio: há dezenas de milhares de pessoas que atravessam a fronteira, agora virtual pela pertença comum à União Europeia (UE), todos os dias para trabalhar e passariam a ter de atravessar a fronteira externa da União. Parece então que a solução seria não criar esta fronteira física e só verificar as mercadorias e pessoas na passagem da Irlanda do Norte para a Grã-Bretanha, o que os unionistas não aceitam. Há meses que se discute este assunto e não há solução à vista. Mas é só uma ponta dos enormes problemas que adiante resumo.

PARA QUE FOI FEITO O REFERENDO DO BREXIT?

O referendo foi feito para que David Cameron, então primeiro-ministro, arrumasse a sua oposição interna no Partido Conservador, na presunção de que ganharia a continuidade na UE. Essa era sempre uma aposta muito arriscada, dado que o Reino Unido foi uma potência imperial dominante, que travou duas guerras contra a Alemanha e que há uma memória histórica disso, que a população trabalhadora tem razões de queixa contra a liberalização económica e que os conservadores eram muito impopulares. Nos círculos eleitorais da maior parte dos deputados e deputadas trabalhistas, o Brexit ganhou, e o partido tem uma forte tradição de crítica à solução UE. Portanto, o referendo era um jogo perigoso, com muitas possibilidades de falhar. Como se verificou.

PORQUE É QUE A UE FAVORECEU O REFERENDO?

Para facilitar o jogo de Cameron. A UE aceitou mesmo regras ilegais que prejudicavam os direitos de cidadãos europeus no Reino Unido, para que Cameron pudesse apresentar essa vitória negocial como um trunfo xenófobo durante a campanha do referendo.

O BREXIT FOI UMA VITÓRIA DA DIREITA?

Os mais conhecidos dirigentes das campanhas pelo Brexit eram de direita e em alguns casos de direita xenófoba. Isso não permite definir o eleitorado que votou pela saída como homogéneo. Uma das razões sociais que impulsionou o voto pela saída em zonas deprimidas pela crise ou entre eleitorados mais velhos, mais atingidos pelo desemprego ou pelo empobrecimento, foi a resistência contra as políticas sociais favorecidas ou estimuladas pela UE.

HAVERÁ NOVO REFERENDO QUE REVERTA O BREXIT?

Não haverá. Para um Estado como o Reino Unido, aceitar um novo referendo sobre uma decisão anterior seria uma humilhação destruidora da sua autoridade pública. Pode haver uma nova consulta sobre as propostas concretas negociadas pelo governo, e é o que os trabalhistas, depois de algumas hesitações, têm prometido, ou que a manifestação de meados de outubro pedia.

O BREXIT ESTABELECE UMA JURISPRUDÊNCIA?

Sim, e é complicada. Mas define que um Estado financiador deve pagar toda a sua conta até ao fim do programa plurianual e que, portanto, ao contrário, um Estado financiado receberia toda a conta até ao fim do programa. Só que não é certo que isso acontecesse, porque a UE é o domínio legal do arbítrio.

O BREXIT VAI PROVOCAR NOVAS ELEIÇÕES NO REINO UNIDO E UM GOVERNO TRABALHISTA?

É possível. Se o Partido Conservador se dividir na votação sobre o acordo que May venha a obter, esse acordo pode ser recusado pelo parlamento e novas eleições poderão dar a vitória a Corbyn. Neste mês de novembro saberemos.

DEBATE

A RESISTÊNCIA CONTRA A INSISTÊNCIA. QUANDO A "LUTA DE CLASSES" É SÓ UM SANTO E UMA SENHA

ANDREA PENICHE E HUGO MONTEIRO

O mundo está assustador. Por todos os lados assistimos ao crescimento da extrema-direita, do populismo da "nova direita" e do fascismo. Perante este cenário, as baratas saem das suas frinchas e perfilam-se em busca de culpados. O momento é encarado como oportunidade para tentar reajustar a realidade à teoria, já que mexer na teoria não parece ser proposta válida. E a acusação sai em forma de disparo: a culpa é da esquerda, porque esta se tem dedicado às questões identitárias e abandonou a luta de classes!

Não é mero acaso que as diversas versões deste susto global que é a imposição da direita fascista desemboquem em algumas características comuns: sexismo e misoginia, racismo estrutural, negação ou recuo dos direitos LGBTQI. É que a direita em todo o mundo percebeu que a conquista do poder passa pela imposição de uma política de identidade sólida, central e hegemónica. Daí nasce a agenda conservadora e aí se engendram motivos e justificações para anulação da diversidade, perseguição e discursos de ódio que se aliam a privilégios de classe. Combater este estado de coisas é atacar o problema na sua totalidade. A esquerda tem cometido erros, o centro colapsou e a extrema direita tem emergido. No entanto, dizer que a esquerda abandonou a luta de classes e encontrar aí a justificação para o crescimento da direita ultra é não querer perceber o problema. Aí está uma lição a aprender: quem não percebe o problema não o consegue enfrentar.

As reais características de uma resistência efetiva, que se ergue contra o capitalismo como sistema que permitiu e deu entrada à negação das identidades e à exclusão das alternativas, é tudo aquilo que algumas vozes, alegadamente posicionadas à esquerda, escolheram não perceber. Preferimos pensar que quem acusa a esquerda de ter abandonado a luta de classes a favor das lutas identitárias não sabe do que fala, porque se pensarmos que sabe teremos de classificar essas pessoas de reacionárias e conservadoras. Só o lugar do privilégio permite pensamentos desta natureza. Dizer que a responsabilidade do crescimento da extrema-direita se deve ao facto das mulheres, das minorias étnicas, da população LGBTQI e de tantas outras pessoas que viviam – e ainda vivem – esmagadas terem conquistado direitos é uma forma de pensamento mesquinho ancorado no privilégio. Só tem tempo de esperar quem tem alguma coisa a perder, quem não tem nada a perder também não tem tempo para esperar, porque a proposta do futuro radioso só serve a esquerda passadista. O lado sem tempo a perder é o presente que reclama.

É, pois, estranha e empobrecedora esta forma de pensar a emancipação por etapas. Primeiro a luta de classes, depois virá o resto, não percebendo sequer que esta forma de pensar é ofensiva para quem se situa no lugar da subordinação. Pior, é uma forma empobrecida de perceber o capitalismo e a forma como este se estrutura. É preocupante que, no século XXI, haja ainda quem não tenha percebido que a proposta socialista é bem mais interessante do que a simples imaginação da sociedade sem classes. Quem não percebe o capitalismo como estruturalmente machista e racista anda equivocado. Quem não percebe que combater o capitalismo reclama o feminismo e o antirracismo nunca terá proposta política para o conjunto da sociedade. Quem não percebe que o feminismo também é anticapitalista e que o antirracismo é anti-imperialista mimetiza na sua análise dos movimentos sociais a forma simplista como vê o mundo. Mais, quem assim escolhe não entender não se apercebe sequer das mais interessantes forças de resistência que, em cada país e a cada investida extremista, se constituem como forças insurgentes. A resistência mais ruidosa e mais acutilante – até mais festiva, o que não é aqui questão de pormenor – faz-se nos movimentos sociais ou com os movimentos sociais, mas nunca sem eles ou contra eles. As mulheres, as pessoas racializadas e LGBTQI constituem-se como linha da frente numa batalha desigual contra o controlo à direita dos media, a desinformação e a instrumentalização política da ignorância.

Sublinhamos que nos movimentos sociais também há disputa política, também há relação de forças, e é nesse combate que a esquerda que não se envergonha de o ser, de se repensar a cada momento e de incluir no seu programa todas as formas de exploração e subordinação está empenhada. Não perceber que patriarcado, racismo e capitalismo são faces da mesma moeda é não perceber a proposta de intersecionalidade das lutas. Nós percebemos e por isso reafirmamos o nosso compromisso: a luta toda, nada menos do que isso.

ANDRÉ BRETON E LEÃO TROTSKI, 15 DE JUNHO DE 1938.

HISTÓRIA

MANIFESTO POR UMA ARTE REVOLUCIONÁRIA INDEPENDENTE

MICHAEL LÖWY

HÁ 80 ANOS, ANDRÉ BRETON ENCONTROU LEÃO TROTSKI NO MÉXICO, ONDE REDIGIRAM JUNTOS O MANIFESTO POR UMA ARTE REVOLUCIONÁRIA INDEPENDENTE

Há 80 anos, durante o verão de 1938, a águia e o leão encontraram-se no México, aos pés do vulcão Popocatepetl e Ixtacciualt. Um encontro surpreendente, entre personalidades aparentemente situadas nos antípodas: um herdeiro revolucionário das Luzes, o outro instalado na cauda do cometa romântico; um fundador do Exército Vermelho, o outro iniciador da aventura surrealista. A sua relação era bastante desigual: Breton tinha uma enorme admiração pelo revolucionário de Outubro, enquanto Trotski, embora respeitando a coragem e a lucidez do poeta, tinha algumas dificuldades em compreender o surrealismo… Para não falar dos seus gostos literários, que se concentravam nos grandes clássicos realistas do século XIX. E, no entanto, a corrente passou, o russo e o francês encontraram uma linguagem comum: o internacionalismo, a revolução. Desse encontro, do atrito entre estas duas pedras vulcânicas, há uma faísca que ainda brilha: o Manifesto para uma Arte Revolucionária Independente. Um documento comunista libertário, antifascista e alérgico ao estalinismo, que proclama a vocação revolucionária da arte e a sua necessária independência em relação aos Estados e aos aparelhos políticos.

A ideia do documento veio de Leão Trotski, imediatamente acolhida por André Breton. Foi redigido a quatro mãos, após longas conversas, discussões, partilhas e, sem dúvida, alguns desacordos, e assinado por André Breton e Diego Rivera, o grande pintor muralista mexicano, na época fervoroso partidário de Trotski (vão afastar-se pouco depois). Essa pequena mentira deveu-se à crença do velho bolchevique de que um Manifesto sobre arte deveria ser assinado apenas por artistas. O texto tinha um forte tom libertário, particularmente na forma proposta por Trostki, proclamando que, numa sociedade revolucionária, o regime dos artistas deveria ser "anarquista", isto é, fundado na liberdade ilimitada. O documento afirma o destino revolucionário da arte autêntica, isto é, aquele que «dá voz aos poderes do mundo interior» contra «a realidade presente, insuportável». Foi Breton ou Trotski quem formulou esta ideia, sem dúvida assente no repertório freudiano? Pouco importa, já que os dois revolucionários, o poeta e o combatente, conseguiram pôr-se de acordo sobre o mesmo texto.

80 anos depois, o Manifesto mantém uma espantosa atualidade, mas padece de certas limitações, devido à conjuntura histórica da sua redação. Por exemplo, os autores denunciam com bastante acuidade os entraves à liberdade dos artistas impostos pelos Estados, nomeadamente (mas não só) os totalitários. Mas, curiosamente, falta-lhe uma discussão, e uma crítica, aos entraves que resultam do mercado capitalista e do fetichismo da mercadoria… O Manifesto termina com um apelo à criação de um amplo movimento, que inclua todas as pessoas que se reconhecem no espírito geral do documento. Num tal movimento, escrevem Breton e Trotski, os marxistas podem andar de mão dada com os anarquistas, «com a condição que ambos rompam implacavelmente com o espírito policial reacionário, seja ele personificado por José Estaline ou pelo seu vassalo García Oliver». Este apelo à unidade entre marxistas e anarquistas é um dos aspetos mais interessantes do documento e um dos mais atuais, 80 anos mais tarde.

Entre parênteses: a denúncia de Estaline - «o inimigo mais pérfido e perigoso» do comunismo – era indispensável, mas era necessário tratar García Oliver, companheiro de Durruti, dirigente da CNT-FAI, ex-ministro (demissionário em 1937) do primeiro governo da Frente Popular (Largo Caballero) como seu «vassalo»? Reconhecidamente, o seu papel em maio de 1937, durante os combates entre estalinistas e anarquistas (apoiados pelo POUM), impondo uma trégua entre os dois campos, foi negativo. Mas isso não faz dele um seguidor do Bonaparte soviético.

Pouco depois foi fundada a FIARI, Federação Internacional para a Arte Revolucionária Independente, que conseguiu juntar não apenas os partidários de Trotski e os amigos de Breton, mas também anarquistas e escritores e artistas independentes. A Federação tinha uma publicação, a revista Clé, cujo editor era Maurice Nadeau, na época um jovem militante trotskista com muito interesse pelo surrealismo (viria a ser, em 1946, o autor da primeira História do Surrealismo). O diretor era Léo Malet e o comité nacional era composto por Yves Allégret, André Breton, Michel Collinet, Jean Giono, Maurice Heine, Pierre Mabille, Marcel Martinet, André Masson, Henry Poulaille, Gérard Rosenthal, Maurice Wullens. Entre os participantes encontramos: Yves Allégret, Gaston Bachelard, André Breton, Jean Giono, Maurice Heine, Georges Henein, Michel Leiris, Pierre Mabille, Roger Martin du Gard, André Masson, Albert Paraz, Henri Pastoureau, Benjamin Péret, Herbert Read, Diego Rivera, Leão Trotski... Estes dão uma ideia da capacidade da FIARI de associar personalidades políticas, culturais e artísticas bastante diversas.

A revista Clé só teve duas edições, em janeiro de 1939 (número 1) e em fevereiro de 1939 (número 2).

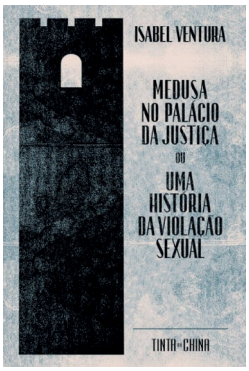
A FIARI foi uma bela experiência "marxista libertária", mas de curta duração: em setembro de 1939, o início da II Guerra Mundial pôs fim, de facto, à Federação.

Post-Scriptum: em 1965, Michel Lequenne, na época um dos dirigentes do PCI, Partido Comunista Internacionalista, propôs ao Grupo Surrealista uma refundação da FIARI. Parece que a ideia não desagradou a André Breton, mas foi finalmente rejeitada por uma declaração coletiva, datada de 19 de abril de 1966, que foi assinada, em nome do Movimento Surrealista, por Philippe Audoin, Vincent Bounoure, André Breton, Gérard Legrand, José Pierre, Jean Schuster.

LEITURAS

Subcultura. O significado do estilo
Dick Hebdige
320 páginas, 2018
Maldoror
PVP: 15 Euros

Escrito originalmente em 1979, este livro de Dick Hebdige, um "clássico" na área dos chamados Estudos Culturais, surge agora em edição portuguesa ricamente traduzido e comentado por Paula Guerra e por Pedro Quintela. O ímpeto dos Estudos Culturais, lembremos, permitiu um olhar crítico e emancipatório sobre uma noção convencional e hierárquica, branca e masculina, exclusiva e reguladora da noção de cultura, dando espaço e expressão à subcultura, à contracultura e aos movimentos culturais como expressões de resistência e de alternativa. Neste livro, o problema central de Hebdige é o das subculturas juvenis como resistência cultural a uma sociedade normalizada, convencionada e autoritária. A música em geral e o movimento punk em particular são dispositivos juvenis de recusa da ordem, da vigilância e do predomínio (cultural) dos sistemas repressivos vigentes. Decorre da leitura deste livro toda uma outra perspetiva sobre a função social do protesto, sobre a urgência da emancipação e sobre formas indóceis de expressão cultural. Decorre também o pensamento e a dignificação de movimentos urbanos e de vivências alternativas que vão muito além do retrato histórico ou sociológico, na reivindicação de um pleno direito às culturas que é necessário reconstruir continuamente. *HM*



Medusa no Palácio da Justiça ou Uma História da Violação Sexual
Isabel Ventura
408 páginas, 2018
Tinta-da-China
PVP: 10.90 Euros

Este precioso estudo de Isabel Ventura analisa diversas teorias, séculos de leis e centenas de casos de tribunais, convidando-nos a mergulhar na impressionante história da violência sexual em Portugal. É um mergulho tão duro quanto revelador. Emergimos da leitura com a certeza de que o direito, ao longo da história, tem sido uma das ferramentas legitimadoras da desigualdade e da subordinação das mulheres, nomeadamente no que diz respeito ao exercício da sua sexualidade. Percebemos que a cultura da submissão feminina se perpetua também através de um ordenamento jurídico alicerçado tantas vezes nas convicções morais de quem julga e não necessariamente na letra da lei, o que destrói a imagem tantas vezes defendida do direito objetivo. Esta forma subjetiva e moralista de aplicação da lei tem sido, aliás, um dos importantes eixos de intervenção do movimento feminista quando contesta a fundamentação machista apresentada pelos tribunais nos crimes de violência de género.
O livro divide-se em três partes: (1) síntese das teorias acerca da violação, (2) evolução legislativa dos crimes sexuais e (3) salas de audiência e representações dos magistrados e magistradas relativamente aos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual. *AP*

DOCUMENTÁRIO

Dignidade. Relatos de vida da comunidade cigana da Marinha
Catarina Príncipe e Pedro Rodrigues
2018
16 minutos | M/12

Documentário sobre as dificuldades que enfrenta a comunidade cigana do Conjunto Habitacional da Marinha, Ovar, uma adaptação de uma antiga coelheira que serviu para realojar nove famílias em 1984. As poucas infra-estruturas existentes são, contudo, o resultado da persistência reivindicativa da comunidade, que aguarda, há mais de 30 anos, o prometido realojamento em casas dignas. Disponível em **https://youtu.be/0XDQ7rbo4fo** *AP*

VAI ACONTECER

IV Encontros Internacionais Ecossocialistas
23-25 Novembro | Escola Secundária de Camões | Lisboa

Organizado em torno de cinco eixos temáticos – Economia política da comida e soberania alimentar; Desmantelando a falácia do capitalismo verde; O trabalho na era das alterações climáticas; Justiça climática e democracia energética; Ecofeminismos –, cerca de 20 sessões com a participação de mais de 60 oradores e oradoras, provenientes de quatro continentes, perfazendo cerca de 18 nacionalidades representadas, estão previstas.

Mais informações em climaximo.wordpress.com

GREVE FEMINISTA - APOIOS
8 de Março de 2019

CESMINHO
Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Minho

"Empenhamo-nos na defesa dos direitos e regalias das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores em que intervimos e batemo-nos também por uma maior representação das mulheres nos meios sindicais.
Defendemos que os direitos devem ser iguais para homens e mulheres, razão pela qual apoiamos a Greve Feminista de 8 de Março de 2019, como forma de visibilizar as desigualdades que ainda persistem e de as combater."

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**